



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Limitado por Prévia Qualificação
com Publicidade Internacional

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA – TECMAIA – 2025/2028

2025_CLPQ01



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* - geral@espacomunicipal.pt - www.espacomunicipal.pt
* chamada para a rede fixa nacional

PARTE I. Disposições Gerais.....	5
Artigo 1.º Identificação do Concurso	5
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	5
Artigo 3.º Órgão Competente	5
Artigo 4.º Fundamento da Escolha do Procedimento	5
Artigo 5.º Peças do Procedimento	5
Artigo 6.º Consulta das Peças do Procedimento	6
Artigo 7.º Júri	6
Artigo 8.º Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento.....	7
Artigo 9.º Candidatos	8
Artigo 10.º Impedimentos	9
PARTE II. Qualificação	12
Artigo 11.º Modo de Apresentação das Candidaturas	12
Artigo 12.º Capacidade Técnica.....	12
Artigo 13.º Critérios de Capacidade Financeira	13
Artigo 14.º Conteúdo e Documentos da Candidatura.....	14
Artigo 15.º Requisitos dos Documentos.....	15
Artigo 16.º Esclarecimentos sobre os Documentos Destinados à Qualificação dos Candidatos.....	15
Artigo 17.º Análise das Candidaturas	16
Artigo 18.º Relatório Preliminar da Qualificação	16
Artigo 19.º Audiência Prévia	17
Artigo 20.º Relatório final da Qualificação	17
Artigo 21.º Decisão de Qualificação	17
PARTE III. Propostas.....	18
Artigo 22.º Convite	18
Artigo 23.º Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças de Procedimento.....	18
Artigo 24.º Visita aos Locais	19
Artigo 25.º Modo e Prazo de Apresentação de Propostas	19
Artigo 26.º Conteúdo e Documentos da Proposta	20
Artigo 27.º Propostas Variantes.....	21

Artigo 28.º Análise das Propostas	21
Artigo 29.º Avaliação das Propostas	23
Artigo 30.º Critério de Adjudicação	23
Artigo 31.º Relatório Preliminar	23
Artigo 32.º Audiência Prévia	24
Artigo 33.º Relatório Final	24
PARTE IV. Adjudicação	24
Artigo 34.º Escolha do Adjudicatário	24
Artigo 35.º Notificação da Decisão de Adjudicação	25
PARTE V. Habilitação	25
Artigo 36.º Documentos de Habilitação	25
Artigo 37.º Modo de Apresentação	26
Artigo 38.º Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação	26
Artigo 39.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	26
PARTE VI. Caução	27
Artigo 40.º Caução	27
Artigo 41.º Modos de Prestação de Caução	27
Artigo 42.º Não Prestação da Caução	28
PARTE VII. Confirmação de Compromissos	28
Artigo 43.º Prorrogação do Prazo para a Confirmação de Compromissos	28
Artigo 44.º Não Confirmação de Compromissos	28
PARTE VIII. Celebração do Contrato	29
Artigo 45.º Aprovação da Minuta do Contrato	29
Artigo 46.º Ajustamentos ao Conteúdo do Contrato a Celebrar	29
Artigo 47.º Notificação da Minuta do Contrato	29
Artigo 48.º Aceitação da Minuta do Contrato	30
Artigo 49.º Reclamação da Minuta do Contrato	30
Artigo 50.º Celebração do Contrato	30
Artigo 51.º Não Outorga do Contrato	30
PARTE IX. Disposições Finais	31
Artigo 52.º Notificações e Comunicações	31
Artigo 53.º Encargos dos Concorrentes com a Elaboração das Propostas	31

Artigo 54.º Regime Legal Aplicável.....	31
ANEXOS DO PROGRAMA DO CONCURSO	32
ANEXO I Modelo da Proposta.....	32
ANEXO II Modelo de Declaração.....	33
ANEXO III Modelo de Guia de Depósito	34
ANEXO IV Modelo de Garantia Bancária	35
ANEXO V Modelo de Seguro-Caução.....	36
ANEXO VI Modelo de Avaliação das Propostas	37

PARTE I.
Disposições Gerais

Artigo 1.º
Identificação do Concurso

1. O presente concurso é designado por objeto principal a aquisição de serviços de vigilância e segurança humana – TECMAIA – 2025/2028.
2. O procedimento de contratação adotado segue a forma de concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional.

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Espaço Municipal, Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., com sede na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, n.º 181, 4470-157, Maia, telefone: 229438030 e endereço de correio eletrónico: geral@espacomunicipal.pt.

Artigo 3.º
Órgão Competente

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa é o Conselho de Administração da Espaço Municipal, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, (de ora em diante designado abreviadamente por CCP).

Artigo 4.º
Fundamento da Escolha do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual é realizado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5.º
Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o concurso são as seguintes:
 - a) Programa do Concurso e Anexos I (Modelo da Proposta), II (Modelo de Habilitação, Anexos III, IV, V (Modelo de Declaração de depósito bancário e Modelo de garantia bancária e Modelo de seguro de caução) e VI (Modelo de Avaliação das Propostas);
 - b) Caderno de Encargos e Anexo (Peças Desenhadas).

2. O procedimento integrará ainda, se for caso disso, os esclarecimentos e as retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa de Concurso.

Artigo 6.º

Consulta das Peças do Procedimento

1. As peças do presente procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.com, onde é possível fazer a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
2. O acesso à plataforma de contratação referida no número anterior é gratuito e permite efetuar a consulta e o descarregamento das peças do procedimento, bem como o envio e receção de documentos que constituem as candidaturas e as propostas, nos termos previstos no CCP.
3. Os interessados que ainda não estejam registados na plataforma de contratação devem fazer esse registo, pelo processo explicado na plataforma, no tab “Aderir” e seguir as indicações apresentadas.
4. Para concluir o registo os interessados devem enviar a documentação solicitada para a ACIN – iCloud Solutions, Lda.
5. Quaisquer informações adicionais podem ser obtidas em www.acinGov.pt ou através do Serviço de Apoio ao Cliente da empresa ACIN – iCloud Solutions, Lda., pelo número 707 451 451.

Artigo 7.º

Júri

1. O presente procedimento será conduzido por um Júri, composto por três membros efetivos e dois suplentes a quem, para além de outras competências delegadas pelo órgão competente para contratar, competirá:
 - a) Proceder à apreciação das candidaturas;
 - b) Proceder à apreciação das propostas;
 - c) Proceder à apreciação de soluções e projetos;
 - d) Elaborar os relatórios de análise das candidaturas, das propostas e das soluções de projetos;
 - e) Proceder aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

2. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.
3. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções, que podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, que deve ser carregada na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º.
3. A apresentação da lista na qual se identifique expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados devem respeitar o previsto nos n.os 2 e 3 do Artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar:
 - a) Presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica utilizada para a condução do procedimento, e ficarão disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante.

Artigo 9.º

Candidatos

1. Podem candidatar-se ao presente concurso pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, e ainda agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento candidato.
3. Todos os membros de um agrupamento candidato são solidariamente responsáveis, perante a Espaço Municipal, Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.,S.A., pela manutenção da proposta que vier a ser formulada.
4. No caso da adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário.
5. É elemento essencial do contrato de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, referido no número anterior, a estipulação do regime de responsabilidade solidária passiva perante a entidade adjudicante.
6. O contrato de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo deve ser presente na documentação do contrato, constituindo um anexo do mesmo.
7. Os agrupamentos candidatos, na instrução da sua candidatura, devem indicar as empresas que constituem o seu “núcleo” e indicar a participação relativa de cada empresa do agrupamento ou consórcio, em termos percentuais.
8. Para efeitos do presente concurso, entende-se por “núcleo” de um candidato constituído por um agrupamento de empresas o conjunto mínimo de empresas que executará mais de 60% do valor total da proposta.
9. Os agrupamentos candidatos designarão uma das entidades para exercer as funções de representante comum, que será o único interlocutor da entidade adjudicante e terá, para além das tarefas no seio do agrupamento, o encargo da coordenação dos trabalhos, a qual responderá pela execução e por todos os meios e procedimentos técnicos inerentes à prestação dos serviços.
10. As funções de representante comum do consórcio, se for esse o meio de associação escolhido, serão desempenhadas pela empresa que lidere o agrupamento, devendo ser-lhe conferidos, por procuração, no ato de constituição do consórcio, os poderes a que se referem as alíneas a), b) e d) do número 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de

Julho, e ainda poderes especiais para receber da entidade adjudicante quaisquer quantias que por aquela sejam devidas às consorciadas, em consequência da execução do contrato prestação dos serviços, dando delas completa quitação.

11. No contrato de consórcio convencionar-se-á que os direitos e obrigações dele resultantes não são afetados pelas mudanças de administração ou de sócios dos seus membros e que, no caso de insolvência ou dissolução de qualquer deles, os restantes se comprometem a executar a prestação dos serviços até ao fim, nos precisos termos do contrato.
12. Qualquer alteração da composição ou na liderança do agrupamento candidato, assim como do regime de responsabilidade definido, terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do candidato, se ocorrer aquando da apresentação da candidatura, do concorrente e da sua proposta ou de rescisão do contrato, se posterior à sua outorga.
13. A insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social do candidato, ou de qualquer das empresas que o integram, acarreta a imediata exclusão do candidato ou do agrupamento candidato, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre.

Artigo 10.º

Impedimentos

1. Não podem ser candidatos ou integrar qualquer agrupamento as entidades que:
 - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
 - b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de

administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em concursos públicos prevista em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de

maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;

- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
 - vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
 - i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
 - j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
 - k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
 - l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.
2. Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

PARTE II.
Qualificação

Artigo 11.º
Modo de Apresentação das Candidaturas

1. Nos termos do artigo 170.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a apresentação de candidatura e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, até às 17:00:00 do 30.º (trigésimo) dia, posterior à data do envio do presente Concurso para publicação.
2. A candidatura considera-se entregue quando o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que a integram, após o carregamento da mesma na plataforma eletrónica, em que o concorrente efetiva a assinatura eletrónica qualificada da mesma.

Artigo 12.º
Capacidade Técnica

1. Apenas serão qualificados os candidatos que demonstrem possuir a capacidade técnica adequada à execução do contrato.
2. Os requisitos mínimos de capacidade técnica são os seguintes, a comprovar através de documentos identificados no Artigo 14.º do presente programa de procedimento:
 - a) Ter uma atividade e objeto social diretamente relacionados com a prestação de serviços de vigilância, nomeadamente, em edifícios administrativos semelhantes;
 - b) Ter experiência na prestação de serviços de vigilância de edifícios administrativos igual ou superior a 5 (cinco) anos;
 - c) Ter prestado nos últimos 3 (três) anos, serviços de vigilância em edifícios administrativos, a pelo menos 2 (dois) clientes, cujo valor contratual anual seja igual ou superior a €260.000,00 (duzentos e sessenta mil euros);
 - d) Possuir, no mínimo, 35 (trinta e cinco) vigilantes registados no Departamento de Segurança Privada da PSP;
 - e) Demonstrar possuir adequação dos técnicos e dos serviços técnicos a afetar à prestação de serviços, com experiência comprovada por curriculum vitae e outros comprovativos que atestem o desempenho das funções, os seguintes meios humanos:
 - i. Para a função de Diretor de Segurança - 1 funcionário registado no Departamento de Segurança Privada da PSP, que desempenhe funções a tempo inteiro, com experiência comprovada de pelo menos 5 (cinco) anos de experiência na função;

- ii. Para a função de Coordenador de Vigilância - 1 funcionário registado no Departamento de Segurança Privada da PSP, que desempenhe funções a tempo inteiro, com experiência comprovada de pelo menos 10 (dez) anos de experiência como vigilante que desempenhará a função de coordenador da equipa afeta à prestação do serviço e de interlocutor entre esta e a entidade adjudicante.
 - f) Possuir Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (Norma NO EN ISO 9001:2015) cujo âmbito abranja a prestação de serviços a contratar;
 - g) Possuir certificação de *Compliance* Laboral válida.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, a qualificação dos candidatos depende do preenchimento, de forma cumulativa, dos requisitos técnicos mínimos de experiência e capacitação técnica previstos no presente artigo.

Artigo 13.º

Critérios de Capacidade Financeira

1. Apenas serão qualificados os candidatos que demonstrem possuir a capacidade financeira adequada à execução do contrato.
2. Os requisitos mínimos de capacidade financeira são os seguintes:
 - a) Ter um volume de negócios anual relacionado com as referidas atividades de valor superior a €826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil euros).
 - b) Cumprir o requisito mínimo, traduzido na fórmula matemática seguinte, a preencher, pelos candidatos:

$$\mathbf{V \times t \leq R \times f}$$

em que:

- **V** é o preço base, fixado em €826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil euros);
- **t** é a taxa de juro Euribor, a seis meses, acrescida de duzentos pontos base, divulgada à data da publicação do anúncio do concurso no Diário da República;
- **R** é o valor médio dos resultados operacionais do candidato nos últimos três exercícios, calculado com recurso à seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^{i=3} EBITDA(i)}{3}$$

- **f** é o fator estipulado para o presente, procedimento, definido com o valor 1 (um).
O fator f foi fixado por forma a garantir uma adequada aptidão dos candidatos para mobilizar os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral e pontual cumprimento das obrigações resultantes do contrato de prestação de serviços a celebrar.

Artigo 14.º

Conteúdo e Documentos da Candidatura

1. Os candidatos e, no caso de agrupamentos, cada um dos seus membros, terão de apresentar os seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);**
 - b) **Certidão permanente do registo comercial;**
 - c) **Documento comprovativo da autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de segurança privada**, designadamente Alvará para o exercício de segurança privada, nos termos da Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio, que estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada.
2. Para demonstrar a sua capacidade técnica, os candidatos e, no caso de agrupamentos, cada um dos seus membros, deverão apresentar os seguintes documentos:
 - a) **Declaração atualizada emitida pelo Departamento de Segurança Privada da PSP** comprovativa do número de vigilantes ali registados;
 - b) **Curriculum Vitae**, comprovativo da experiência profissional e habilitacional do Diretor de Segurança e do Coordenador de Vigilância identificados na alínea e) do n.º 2 do Artigo 12.º do presente programa de procedimento, e comprovativo dos seus registos no Departamento de Segurança Privada da PSP;
 - c) **Declarações abonatórias**, emitidas por cada cliente final destinatário da prestação de serviços, a quem o candidato tenha prestado serviços de vigilância de edifícios administrativos e, na qual conste a identificação das partes, objeto social da entidade emissora da declaração, data do início do contrato, sua duração e data do seu termo, valor anual ou total do contrato e a descrição sumária das funções desempenhadas, comprovativa do preenchimento do requisito enunciado nas alíneas b) e c), do n.º 2 do Artigo 12.º;
 - d) **Cópia da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade** (Norma NO EN ISO 9001:2015);
 - e) **Cópia da Certificação de Compliance Laboral** emitida por entidade certificadora.
3. Para comprovar a sua capacidade financeira, os candidatos ou, no caso de um agrupamento, todos os membros do agrupamento, deverão apresentar os seguintes documentos:
 - a) **Documento** que traduza o resultado do requisito estabelecido no Artigo 13.º do presente programa, **identificando todos os elementos dos últimos 3 (três) exercícios;**
 - b) **Declaração do volume de negócios nos últimos 3 (três) exercícios;**
 - c) As 3 (três) últimas **informações empresariais simplificadas** (IES) e prestação de contas certificadas dos exercícios mencionados nas alíneas anteriores.

Artigo 15.º
Requisitos dos Documentos

1. O Documento Europeu Único de Contratação Pública referido no número 1 do artigo anterior deverá ser assinado pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. No caso da candidatura ser apresentada por um agrupamento candidato, o Documento Europeu Único de Contratação Pública referido no número 1 do artigo anterior deverá ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao respetivo documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
3. No caso da candidatura ser apresentada por um agrupamento candidato, o Documento Europeu Único de Contratação Pública referido no número 1 do artigo anterior deverá ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao respetivo documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
4. Os documentos que não estejam redigidos em língua portuguesa devem ser acompanhados de tradução legalizada nos termos legais, a qual prevalece, para todos os efeitos, sobre os documentos traduzidos ou de tradução não legalizada mas que, por sua vez, é acompanhada de declaração do candidato nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 16.º
Esclarecimentos sobre os Documentos Destinados à Qualificação dos
Candidatos

1. O Júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas.
2. Sempre que a entidade que preside ao concurso tenha dúvidas sobre a real situação financeira dos candidatos, poderá exigir deles e solicitar de outras entidades todos os documentos e elementos de informação que sejam indispensáveis para o esclarecimento dessas dúvidas, inclusive de natureza contabilística.

3. Os esclarecimentos referidos no número 1 supra fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

Artigo 17.º **Análise das Candidaturas**

O Júri procederá à avaliação das candidaturas com base nos documentos entregues pelos candidatos, por forma a determinar os candidatos que demonstram os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira concretamente adequada ao objeto do contrato a celebrar, nos termos dispostos no Artigo 12.º e Artigo 13.º do presente programa do concurso.

Artigo 18.º **Relatório Preliminar da Qualificação**

1. Após a análise das candidaturas e a aplicação às mesmas dos critérios de qualificação, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a qualificação dos candidatos que revistam os requisitos mínimos exigidos.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das candidaturas:
 - a) Que sejam apresentadas por candidatos relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos candidatos, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no Artigo 10.º do presente programa;
 - b) Cuja análise revele que os respetivos candidatos não preenchem os requisitos mínimos de capacidade técnica ou de capacidade financeira exigidos nos termos dos Artigos 12.º e 13.º do presente programa.
 - c) Que sejam constituídas por documentos destinados a qualificação que contenham qualquer referência indiciadora de algum dos atributos da proposta;
 - d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das candidaturas fixadas no presente programa;
 - e) Que apresente alguma das causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 184.º do CCP;
3. Do relatório preliminar da fase de qualificação deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos candidatos nos termos do disposto no Artigo 16.º do presente programa.

Artigo 19.º **Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo, de 5 (cinco) dias para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º **Relatório final da Qualificação**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final da fase de qualificação devidamente fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. Nesta fase, o Júri pode ainda determinar a exclusão de qualquer candidatura se verificar a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no número 2 do Artigo 18.º do presente Programa.
3. No caso previsto no número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto nos números anteriores.
4. O relatório final da fase de qualificação, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, será depois enviado pelo Júri ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 21.º **Decisão de Qualificação**

1. Recebido o relatório final da fase de qualificação fundamentado, cabe à entidade adjudicante tomar a decisão de qualificação.
2. A decisão de qualificação será tomada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e deverá ser simultaneamente notificada a todos os candidatos, juntamente com o relatório final da fase de qualificação.
3. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

**PARTE III.
Propostas**

**Artigo 22.º
Convite**

1. Com a notificação referida no número 2 do artigo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar enviará simultaneamente a todos os candidatos qualificados um convite para a apresentação de propostas.
2. Do convite à apresentação de propostas constará os elementos previstos, e aplicáveis, no artigo 189.º do CCP.

Artigo 23.º

Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças de Procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Para efeitos do presente Código consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - iv) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.os 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:

- i) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - ii) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea ii) do número anterior.
- 7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º
- 8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 24.º

Visita aos Locais

Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados deverão solicitar por escrito, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, visita aos locais, instalações e equipamentos abrangidos pela prestação de serviços e realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, sendo acompanhados por um colaborador, designado para o efeito.

Artigo 25.º

Modo e Prazo de Apresentação de Propostas

- 1. Nos termos do artigo 62º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a **apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham**, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, **até às 17:00:00 do 25.º dia**, contado da data do envio do anúncio.

2. A proposta considera-se entregue quando o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que a integram, após o carregamento da mesma na plataforma eletrónica, em que o concorrente efetiva a assinatura eletrónica da mesma.
3. A receção da proposta será registada, anotando-se a data e a hora em que são recebidas, e culmina com a entrega ao concorrente de um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 26.º

Conteúdo e Documentos da Proposta

1. Na proposta, cada concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve incluir os seguintes elementos documentais, cuja apresentação é obrigatória:
 - a) **Proposta para a execução do contrato**, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I ao presente Programa do Procedimento, com a indicação do preço global, do supervisor de operações e respetivos contactos;
 - b) **Preenchimento da Lista de Artigos**, com os preços mensais e constantes na plataforma acinGov;
 - c) **Memória Descritiva**, considerando os aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência, previstos no ANEXO VI - Modelo de Avaliação das Propostas - para o subfator memória descritiva, sendo valorizada a inclusão de:
 - i) Plano de substituição de vigilantes, demonstrando a organização prevista para assegurar a continuidade do serviço em caso de faltas, férias ou outros impedimentos, incluindo tempos de resposta e meios disponíveis;
 - ii) Plano de vigilância operacional, identificando circuitos de ronda, horários de vigilância previstos e critérios de cobertura temporal e espacial das instalações;
 - iii) Sistema de controlo e supervisão da prestação do serviço, incluindo métodos de verificação da presença, canais de reporte, meios de comunicação e acompanhamento em tempo real;
 - iv) Plano de formação e integração operacional dos vigilantes antes da afetação ao serviço, incluindo conteúdos programáticos, duração e, se aplicável, métodos de avaliação;
 - v) Demonstrar possuir o Alvará para a atividade de Vigilante de Proteção e Acompanhamento Pessoal (VPAP).

- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do número 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - a) O disposto no número anterior é aplicável aos agrupamentos de concorrentes, devendo estes, para o efeito, indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.
3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados digitalmente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, segundo a portaria em vigor.
 4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no número anterior deverão ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), o qual acresce às taxas aplicáveis que vigorarem na data da respetiva liquidação.
 6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, prevalecem estes, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre os indicados em algarismos.
 7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 8. A não valorização de todos os artigos da lista do acinGov implicará a exclusão da proposta de preço apresentada a concurso.

Artigo 27.º

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 28.º

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação.

2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se propõe contratar;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço contratual seria superior ao preço base estabelecido;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer obrigações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - g) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no número 2 do Artigo 9.º deste programa;
 - i) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no Artigo 10.º do programa de procedimento;
 - j) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no Artigo 26.º do presente programa de procedimento, ou não cumpram o previsto nos números 3 e 4 desse artigo;
 - k) Que, identificando erros e omissões das peças do procedimento, não cumpram o disposto no número 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos;
 - l) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no presente programa;
 - m) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
3. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
4. No caso referido no número anterior, os esclarecimentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do pedido respetivo.
5. Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem

visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do número 2 do presente artigo.

6. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser imediatamente notificados aos concorrentes e serão juntos às peças do procedimento, que os concorrentes poderão consultar nos termos do Artigo 6.º do presente programa de procedimento.

Artigo 29.º

Avaliação das Propostas

O Júri procederá à avaliação, classificação e hierarquização das propostas dos concorrentes que hajam sido previamente qualificados e que não devam ser excluídas, com base no critério definido no artigo seguinte.

Artigo 30.º

Critério de Adjudicação

1. Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada segundo a aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:
 - a) Preço (90%);
 - b) Valia técnica da proposta (10%).
2. A avaliação e ponderação dos subfactores será realizada nos termos do modelo de avaliação das propostas constante do ANEXO VI.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das regras previstas no referido Anexo.

Artigo 31.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Artigo 32.º
Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 33.º
Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

PARTE IV.
Adjudicação

Artigo 34.º
Escolha do Adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, toma a decisão de adjudicação.

Artigo 35.º

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos Concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a minuta do contrato e, simultaneamente, notifica-o para no prazo máximo de 5 (cinco) dias apresentar os documentos de habilitação solicitados no ponto seguinte.

PARTE V. Habilitação

Artigo 36.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos e declarações:
 - a) **Declaração** emitida conforme modelo constante do **ANEXO II** do presente Programa do Concurso;
 - b) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP**, nomeadamente, certidões de registo criminal do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e, declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças (ou respetivas autorizações para consulta dos dados);
 - c) **Registo Central do Beneficiário Efectivo (RCBE)** da entidade. O referido documento deve encontrar-se válido, com a devida confirmação da exatidão, suficiência e atualidade da informação, que poderá ser comprovada pela apresentação da última Informação Empresarial Simplificada (IES).
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior devem ser apresentados por cada um dos seus membros.
3. Será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias, a contar da notificação para o efeito, para que o Adjudicatário proceda à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados.

Artigo 37.º

Modo de Apresentação

1. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no Artigo 36.º do presente programa de procedimento através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no número 3.

Artigo 38.º

Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes pelo prazo de 5 (cinco) dias após a apresentação desses documentos, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

Artigo 39.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado para a sua apresentação.
2. Quando a situação prevista no número anterior se verifique por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional, nunca superior a 5 (cinco) dias, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a adjudicação.
3. A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

PARTE VI.
Caução

Artigo 40.º
Caução

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, de acordo com o disposto no artigo seguinte e com o que sobre esta matéria se encontre estabelecido no caderno de encargos.
2. As cauções prestadas pelo adjudicatário podem ser executadas pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:
 - a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
 - b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
 - c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

Artigo 41.º
Modos de Prestação de Caução

1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no número 2 do Artigo 35.º do presente programa, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
2. A caução é prestada mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, de acordo com os modelos juntos com o ANEXO III, ANEXO IV e ANEXO V ao presente programa.
3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o pagamento imediato e à primeira solicitação da entidade adjudicante de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

6. Das condições da garantia bancária não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 42.º
Não Prestação da Caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

PARTE VII.
Confirmação de Compromissos

Artigo 43.º
Prorrogação do Prazo para a Confirmação de Compromissos

A pedido devidamente fundamentado do adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar pode prorrogar o prazo que tenha sido fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

Artigo 44.º
Não Confirmação de Compromissos

1. A adjudicação caduca se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo anterior no prazo para o efeito fixado ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

PARTE VIII.
Celebração do Contrato

Artigo 45.º
Aprovação da Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. A entidade adjudicante pode excluir expressamente da minuta do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

Artigo 46.º
Ajustamentos ao Conteúdo do Contrato a Celebrar

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 47.º
Notificação da Minuta do Contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 48.º**Aceitação da Minuta do Contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.

Artigo 49.º**Reclamação da Minuta do Contrato**

3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento o facto de dela resultarem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa devidamente fundamentada, pelo adjudicatário, dos ajustamentos propostos.
4. O órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, do que houver sido decidido sobre esta, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 50.º**Celebração do Contrato**

1. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
2. A celebração do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 51.º**Não Outorga do Contrato**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

2. A adjudicação caduca ainda no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no Artigo 9.º do presente programa de procedimento.
3. São da responsabilidade dos adjudicatários as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

PARTE IX. Disposições Finais

Artigo 52.º Notificações e Comunicações

As notificações e as comunicações entre a entidade adjudicante ou o Júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica acinGov, identificada no n.º 1 do Artigo 6.º.

Artigo 53.º Encargos dos Concorrentes com a Elaboração das Propostas

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das Propostas e celebração do contrato.

Artigo 54.º Regime Legal Aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

ANEXOS DO PROGRAMA DO CONCURSO**ANEXO I****Modelo da Proposta**

..., portador do ... com o número ... e morada em ... , na qualidade de representante legal da ... , com número de identificação fiscal ... e com sede sita na ... , depois de ter tomado conhecimento do procedimento para a aquisição de serviços de vigilância e segurança humana – TECMAIA – 2025/2028, com a referência 2025_CLPQ01, declara que a sua representada se obriga a executar o objeto contratual em conformidade com o caderno de encargos, mais declara que:

- a) Compromete-se a executar o objeto do presente procedimento pelo montante total de €- --.---,-- (----- euros), valor que acresce o IVA, distribuído de acordo com os valores mensais e hora, para cada ano, preenchido na plataforma acinGov.
- b) Adicionalmente compromete-se a executar os serviços ocasionais de acordo com os seguintes preços hora:

Descrição	Preço Hora
Valor hora - das 06h00 às 21h00, dias não feriados - 2025 a 2028	€
Valor hora - das 21h00 às 06h00, dias não feriados - 2025 a 2028	€
Valor hora - das 06h00 às 21h00, feriados - 2025 a 2028	€
Valor hora - das 21h00 às 06h00, feriados - 2025 a 2028	€
Serviço proteção pessoal (VPAP) - dias não feriados - 2025 a 2028	€
Serviço proteção pessoal (VPAP) - feriados - 2025 a 2028	€

- c) Designa como supervisor de operações (gestor do contrato):
- Nome completo:
 - Contacto móvel:
 - Endereço de correio eletrónico:

Data

Assinatura

ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa)", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
Modelo de Guia de Depósito

€.: _____, _____

Vai residente (ou com sede,) em, na, depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da..... (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o procedimento de para os efeitos do nº 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data:

Assinatura:

ANEXO IV
Modelo de Garantia Bancária

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto (designação o procedimento), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data:

Assinatura:

ANEXO V
Modelo de Seguro-Caução

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de (entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto (designação do procedimento), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à (entidade adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data:

Assinatura:

ANEXO VI

Modelo de Avaliação das Propostas

1. Critério de Adjudicação

Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada segundo a aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade multifator, considerando os seguintes fatores e valorizações:

- a) Fator Preço (P) – 90%;
- b) Fator Valia Técnica (VT) – 10 %.

A classificação final de cada concorrente (CF) será obtida pela seguinte fórmula:

$$CF = (Pr^1 \times 0,90 + Vt^2 \times 0,10)$$

2. Fator Preço

A análise das propostas relativamente ao fator preço será operacionalizada através da aplicação das seguintes fórmulas, tendo as variáveis os significados indicados:

$$VPc \leq 0,70 VPb$$

$$Prp = -10 \times VPc / VPb + 107$$

- Prp – Classificação relativa da proposta;
- VPc – Valor da proposta em análise;
- VPb – Valor do preço base.

$$0,70 VPb \leq VPc \leq VPb$$

$$Prp = -100 \times VPc / VPb + 170$$

- Prp – Classificação relativa da proposta;
- VPc – Valor da proposta em análise;
- VPb – Valor do preço base.

¹ Pr é o preço;

² Vt traduz a ponderação da valia técnica da proposta.

3. Fator Valia Técnica

Para efeitos de avaliação, será considerado o conteúdo da memória descritiva, nomeadamente a descrição detalhada da execução contratual, incluindo plano de substituição de vigilantes, vigilância operacional, controlo e supervisão do serviço, formação e integração dos vigilantes, bem como eventuais mais-valias propostas sem custos acrescidos que reforcem a qualidade da prestação.

Memória Descritiva	
Atributos	Pontuação
<p>Descreve de forma completa a execução dos aspetos de execução do contrato e inclui de forma detalhada e exaustiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de substituição de vigilantes, demonstrando a organização prevista para assegurar a continuidade do serviço em caso de faltas, férias ou outros impedimentos, incluindo tempos de resposta e meios disponíveis; ▪ Plano de vigilância operacional, identificando circuitos de ronda, horários de vigilância previstos e critérios de cobertura temporal e espacial das instalações; ▪ Sistema de controlo e supervisão da prestação do serviço, incluindo métodos de verificação da presença, canais de reporte, meios de comunicação e acompanhamento em tempo real; ▪ Plano de formação e integração operacional dos vigilantes antes da afetação ao serviço, incluindo conteúdos programáticos, duração e, se aplicável, métodos de avaliação; ▪ Demonstrar possuir o Alvará para a atividade de Vigilante de Proteção e Acompanhamento Pessoal (VPAP). 	100 pontos
<p>Descreve de forma completa a execução dos aspetos de execução do contrato e inclui de forma detalhada e exaustiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de substituição de vigilantes, demonstrando a organização prevista para assegurar a continuidade do serviço em caso de faltas, férias ou outros impedimentos, incluindo tempos de resposta e meios disponíveis; ▪ Plano de vigilância operacional, identificando circuitos de ronda, horários de vigilância previstos e critérios de cobertura temporal e espacial das instalações; 	70 pontos

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de controlo e supervisão da prestação do serviço, incluindo métodos de verificação da presença, canais de reporte, meios de comunicação e acompanhamento em tempo real; ▪ Plano de formação e integração operacional dos vigilantes antes da afetação ao serviço, incluindo conteúdos programáticos, duração e, se aplicável, métodos de avaliação. 	
<p>Descreve alguns aspetos de execução do contrato e inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de substituição de vigilantes, demonstrando a organização prevista para assegurar a continuidade do serviço em caso de faltas, férias ou outros impedimentos, incluindo tempos de resposta e meios disponíveis; ▪ Plano de vigilância operacional, identificando circuitos de ronda, horários de vigilância previstos e critérios de cobertura temporal e espacial das instalações; ▪ Sistema de controlo e supervisão da prestação do serviço, incluindo métodos de verificação da presença, canais de reporte, meios de comunicação e acompanhamento em tempo real. 	50 pontos
A proposta reproduz os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos e desenvolve de forma sumária alguns desses aspetos.	20 pontos
A proposta não apresenta quaisquer acréscimos ou limita-se a reproduzir os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos.	0 pontos

4. Caso se verifique que uma ou mais propostas fiquem graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a diferenciação das propostas efetuar-se-á em função do preço.
5. Se, ainda assim, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os Concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.
6. A sessão para a realização do sorteio, acima referida será agendada e notificada aos Interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência.
7. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os Concorrentes.